

Nova era de monopólios e aumento da desigualdade

Recente relatório da Oxfam mostra a relação entre a atual concentração empresarial e o aumento da desigualdade

Ana Frazão

Advogada e Professora de Direito Civil, Comercial e Econômico da Universidade de Brasília. Ex-Conselheira do CADE.

“Nunca se viu uma classe bilionária com tanto poder político.”

(Bernie Sanders, citado pelo relatório da Oxfam)

Para entender melhor o atual cenário socioeconômico é imperdível a leitura do novo relatório *Oxfam Desigualdade S.A. Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública*¹. Trata-se de análise que mostra as correlações entre a desigualdade contemporânea e o que se chama de “nova era de poder monopolista” ou de “era dourada de divisão”.

O estudo inicia-se com o diagnóstico da extensão da desigualdade: desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram suas fortunas enquanto, no mesmo período, 60% da humanidade ficou mais pobre. De fato, os bilionários estão 3,3 trilhões de dólares – ou 34% - mais ricos do que no início da década, com patrimônio que cresce 3 vezes mais do que a inflação.

De forma geral, os números mostram que o 1% mais rico do planeta detém 43% de todos os ativos financeiros globais. No caso brasileiro, o 0,01% mais rico possui 27% dos ativos financeiros, o 0,1% mais rico 43% e o 1% mais rico 63%, enquanto os 50% mais pobres têm apenas 2%. Ainda é preciso lembrar que, do ponto de vista global, a riqueza está concentrada no Norte e tem efeitos ainda

¹ <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>

mais nefastos sobre grupos vulneráveis, como mulheres, negros, dentre muitos outros.

Diante de um cenário em que privação e fome são uma realidade cotidiana para muita gente, o relatório estima que, no ritmo atual, seriam necessários 230 anos para acabar com a pobreza, mas é possível que se tenha o primeiro trilionário em 10 anos.

Para a Oxfam, a imensa e crescente concentração do poder das grandes empresas - sete de cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas – vem permitindo um poder de monopólio em nível global que está exacerbando a desigualdade em toda a economia.

Mais do que isso, a análise da Oxfam ressalta que o atual poder de monopólio foi resultado das políticas públicas neoliberais, que acabaram tolerando as estratégias empresariais que desembocaram no atual resultado: retração do Estado em prol dos “livres mercados” e consequente omissão diante de fusões e aquisições, conluíus em indústrias concentradas, abusos de propriedade intelectual, táticas de capitalismo de compadrio e expulsão do mercado de rivais e pequenas empresas.

A Oxfam também destaca que o problema da excessiva concentração empresarial tem sido potencializado pelas empresas de *private equity*, que usam seu acesso financeiro privilegiado para atuar como força monopolizadora em todos os setores. Aliás, as “big three” do setor – BlackRock, State Street e Vanguard – administram juntas cerca de 20 trilhões de dólares em ativos de pessoas, cerca de um quinto de ativos sob algum tipo de gestão, o que aprofunda o poder de monopólio.

Além disso, aponta o relatório que “pesquisas de Harvard sustentam que o poder econômico desses fundos de investimentos está tão concentrado que ‘em um futuro próximo, cerca de 12 indivíduos terão poder, na prática, sobre a maioria das empresas de capital aberto dos Estados Unidos’, preocupações que já foram manifestadas pelo próprio fundador da Vanguard.”²

Dentre outras consequências preocupantes da financeirização de grandes empresas estão a exacerbção dos lucros imediatos em detrimento de

² Op.cit., p. 31.

qualquer objetivo de longo prazo e o desvio de investimentos produtivos. A isso se somam os efeitos tradicionais dos monopólios, que, ao gerarem escassez para elevar preços e aumentar lucros, redistribuem a renda e a riqueza de forma regressiva, drenando recursos de consumidores e trabalhadores para a elite econômica, com diversas consequências específicas, dentre as quais:

- Aumento de preços aos consumidores
- Esmagamento dos trabalhadores por meio de diversas estratégias, dentre as quais a redução de salários
- Não pagamento de impostos
- Privatização de serviços públicos em benefício do lucro privado, com o risco de mercantilização e segregação do acesso a serviços vitais, aumentando a desigualdade
- Contribuição para o colapso climático
- Incentivos para a chamada “inflação dos vendedores”
- Limitação do acesso a bens e serviços fundamentais
- Criação de obstáculos para a inovação e o empreendedorismo

Um dos principais resultados desse estado de coisas, reconhecido pelo próprio FMI, é que o poder monopolista está crescendo e contribuindo para o aumento das desigualdades. As margens das grandes empresas dispararam nas últimas décadas, possibilitando também colusões tácitas para elevar preços e aumentar margens desde 2021, o que acarretou enormes aumentos de preços em setores como o energético, o alimentar e o farmacêutico. Por outro lado, o FMI estima que o aumento do poder de monopólio é responsável por 76% da queda na participação da renda do trabalho na indústria dos Estados Unidos.

Segundo a Oxfam, uma das principais maneiras pelas quais o poder das grandes empresas aumenta a desigualdade é precisamente por meio de recompensas aos super-ricos e não aos trabalhadores, o que se operacionaliza em diversas frentes:

- Utilização de diversas estratégias, como lobby, portas giratórias, associações setoriais, pesquisas e campanhas de relações públicas para promoção de leis e políticas trabalhistas que mantêm as atuais desigualdades

- Oposição a políticas trabalhistas que beneficiam trabalhadores, como o salário mínimo
- Reformas que prejudicam os trabalhadores e trazem inclusive retrocessos, como vem ocorrendo com a flexibilização de normas que proíbem o trabalho infantil e o trabalho forçado ou com a revogação de normas que garantem a saúde e a segurança dos trabalhadores
- Criação de dificuldades para a sindicalização

Diante desse quadro, não surpreende que o relatório da Oxfam mostre a preocupante defasagem salarial observada em muitos países nas últimas décadas, destacando os estudos da OIT, segundo os quais, no ano de 2022, a distância entre o crescimento dos salários e a produtividade do trabalho em 52 países foi a mais elevada desde o início do século 21, sem que haja nenhuma iniciativa para a contenção de tal quadro.

Com efeito, o relatório aponta que “a nova análise da Oxfam sobre os dados da World Benchmarking Alliance para mais de 1.600 das maiores e mais influentes empresas em todo o mundo mostra que apenas 0,4% delas estão comprometidas publicamente com o pagamento de salários dignos a seus trabalhadores e apoiam isso em suas cadeias de valor.”³

Não é sem razão que a deterioração das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores é um dos pontos chave para se turbinar a desigualdade, sendo este o motivo pelo qual “em 2022, a OIT alertou que a queda histórica nos salários reais poderia aumentar a desigualdade e fomentar a agitação social.”

Não obstante todos os efeitos nefastos da nova era de monopólios para os excluídos e para o próprio desempenho da economia como um todo, uma das razões pelas quais tem sido particularmente difícil enfrentar a desigualdade é precisamente o poder político acumulado pela grande elite econômica.

Para a Oxfam, esse é um ponto chave para compreender por que o problema dos super-ricos ultrapassa o fato de serem beneficiários de enormes lucros empresariais: além de dirigirem suas empresas estimulando a divisão entre os proprietários e o resto da sociedade, também são capazes de definir diretamente as economias em seu favor, influenciando as políticas públicas e as

³ Op.cit., p. 34.

leis. Daí os estudos que demonstram que propostas políticas apoiadas pelos ricos têm maior probabilidade de serem implementadas.

Dessa maneira, uma das conclusões centrais do relatório é a de que “o poder e a influência dos super-ricos lhes permitiram reduzir a parcela da economia que vai para a maioria, aumentando exponencialmente a parte recebida pelos poucos donos do capital, que são predominantemente os mais ricos em todas as sociedades.”⁴

Conseqüentemente, o poder econômico descontrolado está contribuindo para a construção de uma verdadeira plutocracia, já que “os monopólios agem como governos, regulam como governos e competem com os governos pelo poder. Como advertiu o ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, “a liberdade de uma democracia não está segura se o povo tolerar o crescimento do poder privado até um ponto em que este se torne mais forte do que o seu próprio Estado democrático”.⁵

Por meio de um verdadeiro exército de lobistas, as grandes empresas estão arrebatando as decisões políticas da esfera democrática, com efeitos perversos para toda a sociedade, até porque também investem pesadamente para influenciar a opinião pública em favor dos seus interesses.

Apesar do diagnóstico preocupante, o relatório entende que essa nova era de monopólio não é inevitável. Assim como foi o resultado de escolhas legislativas e políticas públicas, é possível reverter o quadro por meio das medidas adequadas, desde que se entenda que “um aumento radical da igualdade deve ser a prioridade mais urgente da humanidade”.⁶

Daí o relatório propor diversas possíveis soluções, dentre as quais:

- Estabelecer metas e planos para a redução radical e rápida da desigualdade
- Implementar políticas antimonopolistas, rompendo monopólios privados já existentes e evitando o crescimento exagerado do poder empresarial
- Controlar o poder das grandes empresas por meio de medidas como a revitalização do Estado
- Garantir serviços públicos que reduzam a desigualdade, incluindo saúde, educação, assistência e segurança alimentar

⁴ Op.cit., p. 24.

⁵ Op.cit., p. 32.

⁶ Op.cit., p. 48.

- Investir em transporte, energia, habitação e outras infraestruturas de caráter público
- Empoderar trabalhadores e comunidade
- Elevar radicalmente os impostos sobre grandes empresas e indivíduos ricos, reduzindo as possibilidades de evasão, bem como avançando em uma tributação mais eficaz das grandes empresas, principalmente através de suas subsidiárias transfronteiriças
- Limitar a remuneração de CEOs
- Impedir ou limitar pagamentos de dividendos ou recompras de ações antes de salários dignos e justiça climática
- Incentivar a apoiar sindicatos
- Democratizar regras de comércio e patentes
- Fortalecer leis para justiça racial e de gênero, além de implementar medidas juridicamente vinculantes para a preservação de direitos humanos e ambientais sensíveis ao gênero

No que diz respeito a se evitar os efeitos da concentração empresarial extrema, o relatório defende uma abordagem específica para cada país, a fim de se encontrar meios para bloquear fusões monopolísticas e reformar as regras de atos de concentração. O relatório também insiste no necessário incentivo a negócios que não valorizem apenas acionistas e a novas formas de gestão que privilegiem trabalhadores e comunidades locais, inclusive por meio do devido apoio financeiro.

Por mais que muitas dessas medidas possam ser controversas e ensejem diferentes graus e modalidades de implementação, fato é que o relatório da Oxfam aponta para aquele que deve ser o fio condutor de qualquer mudança estrutural: “os governos terão que redistribuir de forma radical o poder dos bilionários e das grandes empresas às pessoas comuns.”⁷

Apesar das dificuldades inerentes a tal proposta, ressalta a Oxfam que “um mundo igualitário é possível se os governos regularem e repensarem o setor privado de forma eficaz.”⁸ Ao assim fazer, lança para todos nós o desafio de como encontrar soluções regulatórias adequadas para resolver o problema.

⁷ Op.cit., p. 4.

⁸ Op.cit., p. 4.

Publicado em 14/02/2024

Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/constituicao-empresa-e-mercado/nova-era-de-monopolios-e-aumento-da-desigualdade-14022024>